

A aplicação dos princípios do comportamento em contextos abertos*

Joselma Tavares Frutuoso¹
Universidade Federal de Santa Catarina

Sérgio Dias Cirino²
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

Existem diferentes explicações para as ações humanas: a postura intencional defende a existência de causas internas; a comportamental, a existência de causas externas emergentes da relação funcional entre ações do homem e suas conseqüências, no contexto em que ocorrem. O comportamento é fruto da interação mútua e recíproca do ser humano com seu ambiente. O programa de pesquisa da análise do comportamento tem três subáreas: conceitual e teórica (filosofia do behaviorismo radical); básica (pesquisas que utilizam o método experimental); e aplicada. Esse programa tem subsídios para prever e explicar as ações humanas. Lacey e Schwartz (2001) classificam como contextos fechados ambientes onde há controle aversivo (o controle positivo é a marca do behaviorismo radical, e não o aversivo) ou manipulação de variáveis, afirmando que os princípios do comportamento são aplicáveis aos contextos fechados. Neste artigo, defende-se que esses princípios se aplicam aos contextos abertos, tomando-se como exemplo o atendimento psicológico.

Palavras-chave: Análise do comportamento; Intencionalidade; Behaviorismo radical.

* The application of behaviorist principles in open contexts

¹ Endereço para correspondências: Campus Universitário, Trindade, Florianópolis, SC, Caixa postal 5232, 88040-970 (E-mail: frutuoso@cfh.ufsc.br).

² Endereço para correspondências: Avenida Antonio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte, MG, 31270-901 (E-mail: sergiocirino99@yahoo.com). Agradecemos ao prof. Luiz Henrique Dutra do Departamento de Filosofia da UFSC o incentivo e as discussões durante a escrita deste artigo e ao colega Carlos Renato Xavier Cançado a leitura cuidadosa e as contribuições de versões preliminares do artigo.

Abstract

There are different explanations for the human actions; the intentional approach defends the existence of internal causes, approach behavior defends the existence external causes that appear in the functional relation between the human actions and their consequences on the context. The behavior is the result of mutual and reciprocal interactions of human being with his ambient. The behavioral analysis is one search program that has three sub-areas: conceptual (Radical Behaviorism Philosophy); basic (search with experimental method); and search applied. This program contribute to predict and to explain the humans actions. Lacey and Schwartz (2001) has classified as close context, ambient that has aversive control (the positive control is the mark Radical Behaviorism not the aversive) or with manipulation of variables, confirm that the behavioral principles are applicable to the closed context. This article has maintained that behavior principle is application about open context, for example psychology service.

Keywords: Behavioral analysis; Intentionality; Radical Behaviorism.

Introdução

A idéia deste artigo surgiu da leitura do capítulo de Lacey e Schwartz (2001a), intitulado *O poder explicativo do behaviorismo radical*. Os autores apresentam algumas críticas ao behaviorismo radical, chamando a atenção para a crítica relativa aos limites e a abrangência dos princípios do comportamento para contextos abertos ou sociais comuns.

As características dos contextos fechados são apresentadas no Quadro 1. Os contextos fechados, para Lacey e Schwartz (2001a), são ambientes nos quais é fácil manipular variáveis ou ambientes em que há predomínio de controle aversivo ou coercitivo:

[...] os contextos experimentais e de aplicação, aqueles nos quais o poder explicativo dos princípios comportamentais é claro, possuem características significativas que faltam em uma grande e importante classe de contextos sociais comuns.

Eles tendem a ser relativamente simples, com a atuação de poucas variáveis relevantes (p. 157).

De fato, há ambientes em que as variáveis são mais facilmente manipuladas e controladas, e, de acordo com Lacey e Schwartz (2001a), seriam esses os contextos fechados, ou seja, com aplicação de controle. Subentende-se que controle é sempre aversivo ou coercitivo, segundo os autores. Em contrapartida, há ambientes nos quais existem dificuldades metodológicas para a manipulação de variáveis, os quais seriam os contextos abertos ou contextos sociais comuns.

Lacey e Schwartz (2001a) ressaltam que os contextos podem ser mais ou menos fechados e consideram que o sucesso do behaviorismo radical (BR)³ diz respeito apenas aos contextos fechados, “Os contextos experimentais e de aplicação são (aproximadamente) fechados e, na psicologia behaviorista, em geral, foram construídos para que neles o controle fosse alcançado” (LACEY; SCHWARTZ, 2001a, p. 162).

Quadro 1

Características dos contextos fechados

Apenas alguns poucos reforçadores estão disponíveis, e, em geral, um deles tem saliência especial.
O experimentador (o modificador do comportamento) tem o controle das condições de privação e acesso aos reforçadores.
Há apenas um, ou, no máximo, alguns poucos meios disponíveis para os reforçadores.
O desempenho de tarefas claramente definidas e específicas é reforçado.
Tarefas diferentes são, de fato, intercambiáveis com aquela que é reforçada.
O esquema de reforço é imposto de fora e variado por agentes que não estão eles próprios sujeitos às contingências.
Não há quaisquer alternativas efetivas no contexto.

Fonte: Adaptado de LACEY e SCHWARTZ, 2001a, p. 161.

Apesar de os autores afirmarem que o behaviorismo (BR) não seria adequado a contextos sociais comuns (ou seja, contextos abertos), seus argumentos estão baseados em considerações sociológicas e históricas, e não experimentais. Sugerem que uma alternativa ao behaviorismo (BR) poderia ser a psicologia cognitiva, que reconhece a existência de estados mentais,

³ Toda vez que o termo “behaviorismo” for mencionado será em referência à filosofia do behaviorismo radical.

com uma explicação mentalista sobre estruturas e processos cognitivos. Porém, eles rejeitam-na, por ser uma explicação nomológica, ou seja, explicação baseada em leis naturais e universais. Outra possibilidade seria a explicação teleológica, que defende a existência de causas finais para ações humanas. Nesse sentido, pode-se pensar que a intencionalidade residiria na finalidade das ações humanas diante dos problemas da vida prática. Todavia, os autores consideram que a postura teleológica de Rachlin (1994) é outra forma nomológica de explicação baseada em princípios e leis naturais da física, como também admitem que só a postura intencional é capaz de elucidar as ações humanas.

O controle e o condicionamento operante

A análise do comportamento apresenta dois tipos de controle: o controle aversivo ou coercitivo e o controle positivo, presentes nos mais variados ambientes ou contextos. Negar o controle não é a solução, porque as pessoas estão submetidas ao controle, seja ele aversivo ou positivo (SKINNER, 2000). Segundo Sidman (1995, p. 25), “Reforçamento positivo, não coerção, é a marca da análise do comportamento”, em outras palavras, não é o controle aversivo a marca do Behaviorismo Radical, e sim o controle positivo, que utiliza o reforçamento positivo. O controle aversivo não permite a criatividade e a espontaneidade. Esse tipo de controle é considerado danoso, porque tem efeitos colaterais duradouros, que restringem a variabilidade dos repertórios comportamentais e limita a capacidade de aprendizagem humana.

Lacey e Schwartz (2001b), na exposição de seus argumentos, utilizam como ilustração de contexto fechado o ambiente de uma fábrica, no qual não há diálogo. A falta de diálogo seria um exemplo típico de predomínio do controle aversivo. No entanto, poderia existir uma fábrica cujo diálogo fosse incentivado e valorizado, o que não indicaria ausência de controle, e sim outro tipo de controle presente e mais benéfico para as interações humanas, ou seja, o controle positivo.

De forma paradigmática, contudo, em uma prática, os objetivos são modificados por causa de crítica, argumento, apresentação de evidência – em geral, através da participação em um diálogo.

Como a prática se desenvolve é, de maneira crucial, o resultado desse diálogo entre os praticantes, e, assim, uma prática desenvolve relações sociais apropriadas entre seus participantes para facilitar e aumentar tal diálogo (LACEY; SCHWARTZ, 2001a, p. 170).

Arranjar contingências em que predomine o controle positivo seria uma forma de evitar o uso excessivo de contingências aversivas (reforçamento negativo e punição). O diálogo⁴, como prática cultural, pode constituir um espaço de influência mútua entre os participantes. Da mesma forma, pode ser condição para que o controle por reforçamento positivo ocorra, colaborando para o arranjo de contingências mantidas por controle positivo.

Observa-se no Quadro 1 que, para Lacey e Schwartz (2000a), os contextos fechados são marcados por situações com predomínio de contingência de controle aversivo (por exemplo: sem diálogo) ou situações que utilizam o método experimental com manipulação de variáveis dependentes e independentes (por exemplo: pesquisa experimental em laboratório). Contudo, ao negar a existência de controle externo em contextos sociais comuns, ocorre o equívoco sobre o que é controle na literatura da análise do comportamento. O controle (coercitivo ou positivo), na filosofia do behaviorismo radical, é fruto da determinação recíproca entre as ações do ser humano e os eventos ambientais (antecedentes e conseqüentes) dessas ações. Como apontam Micheletto e Sérgio (1993, p. 15), a concepção de homem na filosofia do behaviorismo radical pode ser resumida nesta frase: “Não se é sujeito porque se sente, não se é sujeito porque se age. O sujeito age e sente, em última análise, como produto de sua própria ação”.

A ênfase no problema do controle não está em quem o exercerá (um professor, pesquisador, governante, chefe etc.), ou no ambiente onde ele ocorre (dentro ou fora do laboratório), ou no tipo (coercitivo ou positivo), mas, sobretudo, na função que tem para a sobrevivência do indivíduo e das práticas culturais:

⁴ Considera-se o diálogo uma prática cultural que é estabelecida entre dois ou mais organismos humanos, e ocorre num contexto histórico e social. Dessa maneira, o diálogo é mantido por inúmeras variáveis, dentre elas, regras de uma determinada comunidade verbal que pertence a um dado meio cultural.

[...] devemos considerar as condições em que as pessoas governam, dão ajuda, ensinam ou organizam sistemas específicos de incentivo [...] devemos considerar a cultura como um meio social [...]. A humanidade, de forma lenta e errática, criou ambientes nos quais as pessoas se comportam mais eficazmente e, sem dúvida, experimentam as sensações que acompanham o comportamento bem-sucedido. (SKINNER, 1982, p. 176).

Em suma, o controle (que não é sinônimo de dominação) deve ser do tipo positivo, para garantir interações saudáveis e promover o bem-estar do ser humano. Conforme Sidman (1995), pode-se até ignorar o controle, negá-lo, mas isso não resolveria o problema de seu mau uso, principalmente, o controle aversivo (punição e reforço negativo), tão predominante nas relações humanas.

Comportamento operante

Uma compreensão mais adequada do comportamento operante envolve o conhecimento de dois tipos de relações: “a relação entre a resposta e sua consequência e a relação entre a resposta e os estímulos que a antecedem e que estavam presentes na ocasião em que a resposta foi reforçada” (SÉRIO et al., 2002, p. 10). Lacey e Schwartz (2001a, p. 164) reconhecem apenas o primeiro tipo de relação do comportamento operante: “o comportamento está sob o controle de suas consequências [...] sob o controle das contingências de reforço”, ou seja, a relação que se refere aos consequentes. Entretanto, eles não relatam a outra relação funcional, que é necessária para uma compreensão completa do comportamento operante: a relação que identifica na presença de quais estímulos uma classe de resposta e ações é reforçada e mantida, uma vez que o comportamento não ocorre num vácuo, não emerge do nada, mas ocorre num dado contexto, em uma dada situação, sob certas condições que o antecedem. Esses autores não consideram a relação com os antecedentes e argumentam que a relação funcional é impotente para explicar a novidade, ao passo que a análise intencional daria conta de explicá-la. Todavia, qualquer ação, para ser reforçada, precisa antes ter ocorrido (procedimento de condicionamento operante). Em algum momento, a ação foi original ou inédita, e sua probabilidade de ocorrência futura pode ser alterada (aumentada ou diminuída) pelo tipo de consequência e pelas condições que a antecedem.

No entanto, não se pode cometer o erro de interpretação comum, acreditando-se que nenhuma resposta pode ser original ou inédita, dado que ela precisa ocorrer primeiro, para depois ser reforçada. Skinner chama a atenção para esse fato:

A resposta já ocorreu e não pode ser mudada. O que muda é a probabilidade futura de resposta da mesma classe [vir a ocorrer]. É o operante como classe de comportamento, e não a resposta como caso particular, o que é condicionado. Desta forma, não há violação do princípio fundamental da ciência que exclui as “causas finais” (2000, p. 97, grifo nosso).

A afirmação de Skinner é condizente com a idéia de Lacey e Schwartz (2001a, p. 169): “o comportamento humano é marcado por certa variabilidade e por certa novidade” [...], mas são as práticas culturais, de acordo com a abordagem comportamental, que selecionarão essa variabilidade.

Análise funcional do comportamento

Analisar o contexto em que o comportamento ocorre, do qual ele é função, significa fazer uma análise funcional do comportamento. Conforme afirma Catania (1999, p. 23), “normalmente estamos mais interessados no que as pessoas sabem e no que tendem a fazer do que em como elas vieram a se tornar o que são”. Nesse sentido, fazer análise funcional é tentar conhecer que contingências foram ou são responsáveis diretamente por um dado padrão comportamental, ou seja, como as pessoas vieram a se tornar o que são.

Apesar das inúmeras definições encontradas na literatura para o termo “análise funcional”, Cavalcante (1999) apresenta esclarecimentos sobre o que se considera análise funcional:

A análise funcional está associada a uma noção selecionista, não mecanicista, de causalidade. No lugar da busca por um agente originador do comportamento, a análise se volta para o reconhecimento da múltipla e complexa rede de determinações de instâncias de comportamento,

representada pela ação em diferentes níveis (filogênese, ontogênese e cultura) das conseqüências do comportamento sobre a probabilidade de respostas futuras da mesma classe (p. 23).

Retornando ao exemplo da fábrica, citado por Lacey e Schwartz (2001b), só é possível compreender o comportamento “de trabalhar” se for feita uma análise funcional desse comportamento, ou seja, é necessário verificar quais são as relações que o comportamento “de trabalhar” mantém com seus antecedentes e conseqüentes. Lacey e Schwartz (2001b), em suas considerações sociológicas e históricas, observam que o salário seria o reforço preponderante para o comportamento de trabalhar. Aqui os próprios autores usam de forma vaga e metafórica o conceito de “reforço”.⁵

O reforço, segundo Catania (1999, p. 108), é uma relação “em que as conseqüências do responder tornam o responder mais provável”. Reforços e reforçadores estão presentes em qualquer contexto (aberto ou fechado), e só a investigação mediante a análise funcional do comportamento poderá fornecer dicas de qual é o tipo de reforço(s) ou o(s) reforçador(es) vigente(s) e preponderante(s). O dinheiro (por exemplo: salário) é descrito na literatura como poderoso reforçador generalizado, bem como o reconhecimento, a aprovação, o incentivo, a valorização social, dentre outros. Pode-se acrescentar a essa lista de reforçadores a idéia de Lacey e Schwartz (2001c, p. 301) sobre concepção comunitária: “A concepção comunitária também prediz que os desejos básicos das pessoas não estão limitados àqueles que são egoístas, mas também incluem os desejos de pertencer, de participar de relações de amor, de ser justo e ter compaixão etc.”. Nessa citação, é possível perceber a preocupação dos autores com contextos sociais comuns, saudáveis e agradáveis, o que é bastante louvável e salutar. Enfim, nas interações humanas, é importante ter um conjunto amplo e diversificado de reforçadores presentes nos ambientes ou contextos mantidos pelo controle positivo (supracitado) em detrimento daqueles mantidos por controle aversivo (por exemplo: sanções, pressão, constrangimento, chantagem).

⁵ O reforço pode ser: conjugado, contínuo, intermitente, negativo, percentual, positivo, sensorial. O reforçador pode ser classificado como reforçador primário, automático, condicionado, generalizado, intrínseco, extrínseco, positivo, negativo e restrito (CATANIA, 1999). Existe ainda, na literatura, o emprego da nomenclatura “reforço natural” (sinônimo de intrínseco) e “arbitrário” (sinônimo de extrínseco).

As ações humanas: considerações sobre a intencionalidade

Diferentes explicações para as ações humanas coexistem na literatura psicológica e filosófica. Serão apresentados a seguir alguns pontos de vista, com duas posturas que são antagônicas, ao explicar o porquê das ações humanas.

Explicação intencional

Lacey e Schwartz (2001b, 2001c) compartilham da idéia de que toda a atividade humana é dirigida para um fim, no intuito de atingir um objetivo. Vão mais além, ao afirmar que a atividade humana está baseada em valores, crenças e desejos do agente. Defendem que o agente tem boas razões para realizar suas ações. Razões, desejos e crenças são as causas de sua ação. Adotam, portanto, uma explicação intencional para a atividade humana. Esses autores deixam claro que a intencionalidade presente na natureza humana não é a intenção do senso comum ao escreverem:

A intencionalidade é uma propriedade de enunciados, de entidades lingüísticas, aquelas que expressam alegações sobre fenômenos que exibem intencionalidade. Aqueles fenômenos que exibem intencionalidade serão denominados fenômenos mentais. Eles incluem estados mentais como intenções e crenças, e eventos mentais como pensamentos e sensações [...]. Um fenômeno é intencional se ele diz respeito a alguma coisa, se ele está dirigido para alguma coisa (2001b, p. 198).

Os autores apontam uma rede complexa de valores, um emaranhado de razões, desejos e crenças que sustentam a intencionalidade e que não podem ser totalmente conhecidos por um observador externo (outro agente), tampouco descritos por leis universais (explicações nomológicas, por exemplo, comportamental ou cognitiva).

Dennett (1997), um dos principais defensores da postura intencional, advoga que o modelo de intencionalidade é uma forma mais funcional de explicar e predizer as ações ou os movimentos dos agentes inteligentes. Para ele, o termo “agente intencional” (possuidor de intencionalidade) é amplo:

o agente pode ser uma macromolécula, uma célula, uma cadeia de ácido ribonucléico mensageiro (RNA) ou um cérebro. É tão amplo o leque de possibilidades, que podem ser incluídos artefatos como computador, despertador, termostato e, por fim, a inclusão do agente considerado o mais sofisticado, o ser humano. De acordo com a explicação intencional, os agentes são entidades que possuem racionalidade, possuem “algum tipo de mente”, possuem razões que os guiam em suas ações e escolhas, as quais são baseadas em crenças e desejos.

Nessa postura intencional, o agente é considerado inteligente, no sentido de buscar seu próprio bem, de desejar e procurar o que é bom e de evitar o que é ruim, ou seja, o agente guia suas ações e seus movimentos para atingir o bem e evitar o mal.

Segundo Dennett (1997), a postura intencionalista é a mais eficaz para explicar e predizer as ações dos agentes do que a postura da física ou a postura de planejamento. A postura da física utiliza os conhecimentos das leis universais da natureza e a postura do planejamento permite fazer previsões de acordo com a regularidade e o funcionamento dos artefatos. Para o autor, no primeiro caso, fazer previsão é custoso, demorado, dispendioso, pois envolve o domínio passo a passo das leis naturais da ciência, enquanto, no segundo caso, haveria vantagens na agilidade de fazer previsões, uma vez que elas seriam baseadas na programação de funcionamento dos artefatos e projetos. No entanto, existe a desvantagem de pane no equipamento, de projetos mal arquitetados ou artefatos que não funcionam conforme programado, o que pode comprometer a qualidade e o poder da previsão. Assim, a postura intencional, segundo seus adeptos, de considerar o agente inteligente, teria o poder mais abrangente e funcional de explicar e predizer as ações do agente, visto que as ações estão guiadas para atingir os objetivos do agente.

De acordo com o modelo de intencionalidade apresentado por Lacey e Schwartz (2001c), baseado na análise de valores pessoais e sociais, a natureza humana está orientada para uma moralidade de valores. O modelo é dialético, está fundamentado em evidências históricas e empíricas. Nele, há quatro estratégias pelas quais o agente pode estabelecer equilíbrio ou retornar a ele por meio da regulação da defasagem. Os quatro tipos de regulação são: entre as aspirações e realizações; entre os valores manifestados e articulados; entre o que sentimos e como experimentamos; e entre nossos valores e a imensa diversidade de valores disponíveis na cultura (das instituições a que pertencemos).

A solução para gerenciar nossa liberdade pessoal seria modelar a própria vida ou as condições sociais, para que nenhuma defasagem expressiva ocorresse, tendo em vista que, em uma vida livre, não há defasagem significativa entre o desejo e o resultado da ação (LACEY e SCHWARTZ, 2001c).

Se se considerar os argumentos e a coerência interna desse modelo, é possível visualizar seu poder explicativo, porém, surge uma dúvida com relação ao poder preditivo, porque falta um desenho metodológico de como prever e prever ações humanas complexas. A mesma acusação Lacey e Schwartz fazem ao behaviorismo (BR), mas o desafio metodológico está lançado, e é uma batalha vigente. Pesquisas ocorrem dentro e fora dos laboratórios, e não se sabe qual será a explicação mais convincente. Poderá, por exemplo, ser a explicação comportamental baseada nas conseqüências dos resultados de pesquisas ou a explicação intencional baseada no senso comum e na descrição histórica? No caso da última, a explicação é retroativa, pois será necessário relatar o que ocorreu durante anos de investigação sobre a natureza humana. Pode-se até pensar “historicamente” e dizer que nem as explicações nomológicas (comportamental ou cognitiva) nem a teleológica (de causas finais ou a postura intencional) dariam conta de elucidar a natureza humana, cedendo lugar a uma explicação, até então, não pensada nem defendida. Essas são, contudo, questões que permanecem.

Na explicação intencional, tudo pode ser esclarecido pela intencionalidade do agente, pois ela é a causa única e universal para todos os tipos de ações. Uma das críticas de Lacey e Schwartz (2001b) é a rejeição às abordagens nomológicas. Eles criticam a abordagem comportamental e a cognitiva, porque elas procuram leis universais para explicar a natureza humana. No entanto, os próprios autores argumentam em favor da existência de valores universais, que norteariam a atividade humana. Apesar de solicitarem que os valores universais não sejam tomados como explicação nomológica, em última análise, eles os são. Talvez o behaviorismo teleológico de Rachlin (1994) fosse uma forma de superar o problema da causa final para a explicação das ações humanas.

O problema da intencionalidade como causa final

O behaviorismo teleológico de Howard Rachlin (1994) seria uma forma de abordar o problema dos estados mentais (por exemplo: introspecção)

assumindo sua existência, todavia, a explicação estaria baseada fundamentalmente na análise das conseqüências presentes nas contingências de reforçamento. O autor defende que a investigação do porquê da razão para o comportamento humano (a procura pela causa final das ações humanas) deve estar na relação entre as ações humanas e o ambiente e contexto em que elas ocorrem. Para Rachlin, usar termos mentalistas não compromete o entendimento de que as causas do comportamento estão na relação funcional desse comportamento com seu ambiente e contexto. O autor chama a atenção ainda para o papel que os termos mentais ocupam no entendimento das ações⁶ humanas, remetendo à discussão de causas eficientes e finais.⁷

A explicação baseada na causa eficiente seria uma tentativa de responder à pergunta: **como** uma pessoa age de forma que acredita “sentir o que sente” ou “pensar o que pensa”? A psicologia cognitiva tenta responder a essas perguntas, assumindo que as representações e os processos mentais seriam as causas internas eficientes capazes de explicar as ações humanas.

Enquanto a explicação baseada na causa final, adotada pela abordagem comportamental, seria uma forma de responder ao **porquê** das ações humanas: “por que a pessoa age desta e não daquela maneira?” ou “por que pensa e sente desta e não daquela forma?”, tentar responder ao **porquê**, de acordo com Rachlin (1994), seria uma forma de aceitar a causa final como explicação do comportamento. No entanto, essa causa deve ser localizada na relação estabelecida entre o comportamento e o contexto social ao qual ela pertence.

Quando Skinner (1991) enfatizou o comportamento operante, as contingências de reforçamento vigentes e a história de reforçamento, ele estava caminhando em direção à causa final para o comportamento. Porém, segundo Rachlin (1994), Skinner pagou um preço alto por rejeitar a linguagem dos estados mentais. Ele recusou o uso de termos mentalistas e, em seu lugar, utilizou a proposição de conceitos como comportamento encoberto ou eventos privados (por exemplo: sentimentos e emoções). Rachlin (1994) observa que essa foi uma forma de aceitação dos eventos internos como causa de comportamento. No entanto, há um equívoco nessa interpretação de Rachlin,

⁶ É interessante a distinção entre ação humana e movimento humano. O movimento é um conjunto particular de contrações musculares que resulta no deslocamento corporal ou de uma região específica do corpo, ao passo que ação humana seria um padrão coordenado de movimentos, visando a atingir um resultado definível (GUTHRIE, apud RACHLIN, 1994, p. 31).

⁷ Aristóteles apresentou quatro tipos de causas: material, formal, eficiente e final. As causas materiais e formais explicariam a natureza das substâncias, a natureza dos objetos estáticos. As causas eficientes e finais explicariam os comportamentos dinâmicos dos objetos tanto inanimados como dos organismos vivos (RACHLIN, 1994, p. 20-21).

porque, ao analisar a obra de Skinner, é possível verificar que os eventos privados não são a causa do comportamento, eles estão sujeitos às mesmas leis e aos mesmos princípios comportamentais da análise do comportamento (COSTA, 2004).

Rachlin (1994) aceita o uso de termos mentais, por acreditar que as ações humanas têm uma causa final do tipo intencional. Propõe que a aceitação da intencionalidade, como causa final, seria uma forma científica de explicar a vida mental. Entretanto, mesmo incorporando os termos mentalistas e admitindo causa final do tipo intencional, o behaviorismo teleológico defendido por Rachlin ainda é rejeitado por Lacey (2001), pois o autor considera o behaviorismo teleológico mais uma forma de explicação nomológica para a atividade humana e, portanto, limitada aos contextos fechados e não tão abrangentes, como é o modelo de intencionalidade, ou seja, a existência de causas internas intencionais.

Dutra (2003), ao tratar as questões de intencionalidade e das causas finais, assume que há eventos humanos de natureza intencional. Entretanto, segundo ele, seria adequado pensar a intencionalidade como um traço do contexto social, cujas ações humanas acontecem, conforme proposta do behaviorismo teleológico, em vez de pensar a intencionalidade como uma propriedade dos seres humanos, como advoga a postura intencional. Essa análise é interessante, por deslocar a causa final (i.e., a intencionalidade do comportamento) para o ambiente, o contexto social no qual o comportamento ocorre. Nesse caso, a intencionalidade foi deslocada de dentro do indivíduo para sua relação com o ambiente, deixando de ser intencionalidade uma entidade ou propriedade do organismo, que nesse caso é do ser humano.

A explicação comportamental

Existe algo de especial na atividade humana capaz de gerar as ações humanas? Existe dentro do ser humano um guiador de comportamento ou uma mente humana geradora de comportamento? Parece que responder “não” a essas perguntas seria uma forma de recusar nossa capacidade de pensar, imaginar, memorizar, ter idéias, tomar decisões, fazer escolhas, ter objetivos, planejar, ter metas e assim por diante. Todavia, esses comportamentos são objetos de estudo e, portanto, de modo algum negados pela filosofia do behaviorismo radical de Skinner. Apenas a explicação comportamental é diferente das demais disponíveis na literatura psicológica, porque não admite a existência do eu interior ou de um homúnculo.

A causa múltipla do comportamento deve ser encontrada e procurada na relação entre as ações do ser humano e o ambiente no qual ele realiza essas ações, conforme a afirmação de Skinner (1978, p. 15): “Os homens agem sobre o mundo, modificam-no e, por sua vez, são modificados pelas conseqüências de sua ação”.

Algumas das informações apresentadas por Lacey e Schwartz (2001a) não podem ser contestadas nem negadas, como: o ser humano é um ser histórico e social; o ambiente desempenha papel essencial para a compreensão do comportamento (ou das ações humanas, como chamam os autores); e uma explicação, seja ela científica ou não, deve ter respaldo empírico.

De fato, os modelos teóricos da psicologia consideram que o ambiente tem papel importante para o comportamento humano, bem como de outros animais. Entretanto, a forma como o ambiente é considerado em cada modelo faz a diferença. Na abordagem comportamental, em especial, do behaviorismo radical, o ambiente é mais do que físico ou geográfico, ele engloba o que comumente se chama de contexto social. Existe ainda uma divisão didática do ambiente em ambiente externo (fora da pele) e ambiente interno (o mundo dentro da pele). Esse último, quando acessível por outrem, é de forma indireta, por meio de relato verbal, oral ou escrito, obtido via entrevista, testes ou questionários.

A divergência teórica (ou o mérito?) da filosofia do behaviorismo radical talvez esteja no fato de esse modelo não permitir qualquer tipo de explicação mentalista para a compreensão do comportamento, seja ele simples ou complexo, trivial ou sofisticado, consciente ou inconsciente. Não aceitar uma explicação mentalista não significa negar comportamentos tratados por outras abordagens com *status* de “estados mentais superiores”, “propriedades ou estruturas” ou “estados intencionais” (COSTA, 2004).

O que algumas abordagens chamam de estados mentais o behaviorismo trata como comportamento encoberto, que são eventos privados (de difícil acesso), porém, que são a causa explicativa, uma vez que o comportamento humano mantém uma relação funcional com seus antecedentes e conseqüentes. No behaviorismo (BR), a ênfase da explicação está na função do comportamento, e não em sua estrutura (CATANIA, 1999).

Existe uma variedade de princípios e conceitos cujas definições fogem ao objetivo deste artigo. Alguns conceitos e pontos de vista sofreram alterações durante o próprio desenvolvimento da filosofia do behaviorismo radical, e outros conceitos surgiram depois de Skinner, como é o caso da equivalência de estímulos (SIDMAN; TAILBY, 1982). A equivalência de estímulo seria uma das formas de investigar a cognição

humana ou os processos mentais superiores (DE ROSE, 1993). A obra de Skinner sofreu muitas alterações, realizadas por ele próprio e por seguidores de sua obra. Conforme assinala Micheletto (1995, p.1), é possível visualizar dois momentos na obra de Skinner:

1- um tipo de relação organismo-ambiente [...] em que o ambiente opera a partir das conseqüências produzidas pela resposta [...] e 2- uma nova noção de causalidade específica dos organismos vivos – a noção de seleção por conseqüências que opera sobre o comportamento humano em três níveis: filogenético, ontogenético e cultural.

Skinner (1984) apresenta os três níveis de seleção pelas conseqüências, afirmando que elas são responsáveis pela sobrevivência da espécie (condicionamento clássico, nível filogênese), que há conseqüências responsáveis pela sobrevivência do indivíduo, as quais ampliam o repertório comportamental, por meio do condicionamento operante (nível ontogênico), e que há ainda as conseqüências responsáveis pela sobrevivência do grupo, que seria o nível da cultural (por exemplo: práticas culturais, rituais, código moral e ético). Nem sempre o que é bom para a sobrevivência em um nível será bom para os demais níveis. Por exemplo, fumar pode ser um operante bom para aliviar a tensão, pois pode causar bem-estar psicológico para o fumante (nível ontogenético), no entanto, é prejudicial à saúde (fumar não faz bem ao organismo), é ruim para a sobrevivência do indivíduo como membro de uma espécie. Isso, paralelamente, pode causar constrangimento e sanções se, no nível cultural, não houver incentivo ao consumo desse tipo de droga.

Em suma, a obra de Skinner sofreu alterações durante seu desenvolvimento, e o legado dessa obra é fonte de investigação (teórica, conceitual e prática) no programa de pesquisa da análise do comportamento.

Análise do comportamento: um programa de pesquisa

Behaviorismo é um nome genérico para diferentes formas da psicologia comportamental. Abreu (1988) resgata quatro diferenciações do termo behaviorismo: behaviorismo metafísico, behaviorismo metodológico, behaviorismo analítico e behaviorismo radical (proposto por Skinner).

A filosofia skinneriana do behaviorismo radical se opõe a qualquer explicação mentalista:

[...] esta oposição se fundamenta no pressuposto de que as causas do comportamento devem ser buscadas no ambiente físico, ou seja, nos acontecimentos externos antecedentes (ABREU, 1988, p. 133).

O behaviorismo radical é uma subárea do programa de pesquisa da análise do comportamento, que teve três subáreas:

- a) o behaviorismo radical (uma filosofia do comportamento) com suas pesquisas conceituais e teóricas;
- b) a análise experimental do comportamento, que seria uma ciência básica desenvolvida prioritariamente em laboratório, com manipulação e controle de variáveis. Aqui estariam os contextos fechados segundo a interpretação de Lacey e Schwartz (2001a); e
- c) a análise aplicada do comportamento, uma ciência aplicada que utiliza diferentes ferramentas metodológicas.

O objetivo desse programa de pesquisa é: a) estudar as alterações que podem ocorrer no comportamento do ser humano e em seu ambiente, advindas das conseqüências de suas ações; b) estudar as principais contingências de reforçamento vigentes e as que fizeram parte da história de vida do indivíduo para compreender a forma atual ou a tendência de o organismo se comportar; e c) realizar pesquisas experimentais e empíricas que permitem a atualização conceitual, ampliando e alterando os princípios da análise do comportamento.

Os contextos abertos, ou seja, os contextos sociais comuns estariam contemplados na subárea do programa intitulada “Análise aplicada do comportamento”, sendo inadequada a crítica de Lacey e Schwartz (2001a) sobre a não-aplicabilidade dos princípios do comportamento aos contextos abertos. Conforme esclarece Neto (2002, p. 17), essa subárea do programa

[...] teria pelo menos duas funções vitais: (1) manter o contrato com o mundo real e alimentar os pesquisadores na área com problemas comportamentais do mundo natural; e (2) mostrar a relevância social de tais pesquisas e justificar sua manutenção e ampliação da área como um todo.

Nessa citação, a expressão “como um todo” refere-se à análise do comportamento.

As três subáreas do programa agrupam pesquisas que investigam os comportamentos comumente chamados de “estados mentais”, independentemente do tipo de contexto em que eles ocorrem. Existe vasta literatura da análise do comportamento para estudar os eventos privados (ver TOURINHO, 1995, 1997a, 1997b) sem necessidade de recorrer à explicação intencional. Portanto, é equívoco a afirmação de Lacey e Schwartz de que os estados mentais não podem ser estudados pelo programa de pesquisa do behaviorismo radical, devido à limitação da aplicabilidade dos princípios do comportamento. Isso fica evidenciado na crítica, quando Lacey e Schwartz escrevem que “o reforço, a punição, o controle discriminativo etc., podem ser estudados; os estados mentais, não. O programa de pesquisa impõe condicionantes (*sic*); ele elimina algumas coisas” (2001a, p. 158). Provavelmente, os autores não se referiam ao programa da análise do comportamento completo, e sim à subárea de pesquisa: análise experimental do comportamento.

A aplicabilidade dos princípios do comportamento

O processo terapêutico é um dos exemplos da aplicabilidade dos princípios do comportamento em contextos sociais comuns (ou seja, contextos abertos), porque todos os comportamentos aprendidos em situação de atendimento terão sucesso, serão bem-sucedidos, se aplicados a outros contextos, longe do controle do terapeuta, em ambientes com contingências não programadas. No atendimento psicológico, a problemática dos eventos, da “cognição humana” e dos “estados mentais superiores” está presente nas queixas dos clientes, porém, na literatura da análise do comportamento, aparece com outra nomenclatura, por exemplo, equivalência de estímulo, comportamento governado por regras, comportamento modelado por contingências de três, quatro e cinco termos (as metacontingências), operações estabelecedoras, dentre outras. Foge ao objetivo deste artigo a discussão desses conceitos.

Segundo a classificação de Lacey e Schwartz (2001b), o atendimento psicológico poderia ser considerado ora um contexto fechado, porque há manipulações (quando é possível manipular as variáveis), ora um contexto aberto, porque utiliza variações do método experimental junto com outros recursos metodológicos, tais como observação, testes, questionários e entrevistas,

que viabilizam o diálogo. O diálogo⁸ é uma variável que está presente nos contextos sociais, sendo a principal ferramenta do atendimento psicológico, pois é ele (o diálogo entre iguais) que garante e mantém a aliança terapêutica estabelecida entre cliente e terapeuta.

O controle existe dentro e fora do ambiente terapêutico. No ambiente terapêutico, ele pode ser exercido e é, ora pelo terapeuta, ora pelo cliente, assim como pode ser exercido no ambiente extraterapêutico, que é fornecido pelas agências de controle (por exemplo: família, igreja, escola, governo etc.). Ideal seria que o controle predominante fosse do tipo positivo, pois é essa a marca do behaviorismo radical.

Os modelos de terapia comportamental, terapia por contingências, terapia da aceitação e compromisso e psicoterapia analítica funcional são exemplos da análise aplicada do comportamento. Esses modelos têm pequenas variações, convergentes e divergentes, relacionadas com problemas conceituais e metodológicos, entretanto, eles estão baseados na filosofia do behaviorismo radical.

Os problemas da vida prática são inúmeros (por exemplo: baixa auto-estima, sentimento de culpa, vergonha, inveja, timidez e agressividade). A comunidade verbal oferece uma lista infindável de nomes para eles. No atendimento psicológico, as condições são criadas para o cliente se comportar longe do terapeuta, pois as mudanças comportamentais (advindas do auto-conhecimento e autocontrole) devem servir para outros ambientes, nos quais o terapeuta não pode estar presente. O terapeuta ajuda o cliente a lidar com as contingências presentes nos diversos contextos e ambientes, conforme afirma Guilhardi:

Se há algo responsável pelos comportamentos emitidos são as contingências. É sobre elas que devem ser dirigidos os esforços de mudança, não sobre a pessoa. Pode dizer que um repertório "inadequado" é, então, (a) fruto das contingências comportamentais em vigor que produzem tais comportamentos, (b) ausência de repertório de

⁸ Lacey e Schwartz (2001b) traçam a diferença entre o discurso manipulativo, informativo e dialógico. Eles condenam o discurso manipulativo, acreditam que o discurso informativo ajuda o agente a formar seus próprios valores, e defendem que o diálogo entre iguais é uma forma saudável de cultivo mais amplo da vida mental.

contra controle para alterar tais contingências compartmentais, (c) repertório de fuga-esquiva limitado, que não incluem alternativas compartmentais “adequadas” para lidar com as contingências em operação etc. Como tal, a pessoa não deve se considerar nem ser considerada culpada pelo comportamento exibido (2002, p. 185, grifo nosso).

Essa postura é incompatível com o modelo de intencionalidade defendido pelos autores Lacey e Schwartz (2001b, 2001c) e Dennett (1997), mas ilustra a aplicabilidade do behaviorismo radical para os contextos ditos abertos ou sociais comuns, uma vez que a análise aplicada do comportamento concentra esforços no sentido de promover o bem-estar psicológico (característica subjetiva) nos mais variados ambientes e contextos, como na educação, na terapia, no trabalho e nas interações familiares e amorosas.

Conclusão

Tentou-se mostrar a inadequação da crítica de Lacey e Schwartz (2001a) ao behaviorismo radical, no que concerne à falta de aplicabilidade dos princípios do comportamento em contextos abertos. Esses autores consideram e interpretam contextos fechados como ambientes experimentais, nos quais há predominantemente o controle aversivo com manipulações de variáveis (conforme Quadro 1).

A existência de intencionalidade deve ser pensada no sentido de que as ações são direcionadas para atingir determinadas conseqüências, porém, a intencionalidade não está dentro do ser humano nem é a causa original de suas ações.

A explicação comportamental, presente na abordagem da análise do comportamento, baseada na filosofia do behaviorismo radical para ações humanas, admite a existência dos comportamentos chamados de “mentais” ou “estados mentais”, mas a explicação está presa à relação funcional existente entre os antecedentes, as ações e as conseqüências dessas ações sobre a pessoa e seu meio (por exemplo: contexto de interações sociais).

O programa de pesquisa da análise do comportamento é abrangente e tem três subáreas que se complementam. Logo, está baseado em evidências experimentais e empíricas. Apesar de ser um programa em desenvolvimento, ele é um caminho promissor para o entendimento do comportamento, que é sua unidade de análise.

O poder explicativo e preditivo da análise do comportamento reside nos estudos sobre: as alterações que ocorrem no comportamento do ser humano e em seu ambiente, resultado das conseqüências de suas ações; na identificação das principais contingências de reforçamento vigentes ou que fizeram parte da história de vida do indivíduo; e na investigação das condições e situações em que as ações humanas ocorrem e ocorreram. Esses estudos podem ajudar a entender a forma como o indivíduo se comporta ou tende a se comportar.

Referências bibliográficas

ABREU, J. Notas sobre os fundamentos do behaviorismo. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 4, n. 2, p. 129-136, 1988.

CATANIA, A. C. *Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

CAVALCANTE, S. M. *Análise funcional na terapia comportamental: uma discussão das recomendações do behaviorismo contextualista*. 1999. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, UFPA, Belém.

COSTA, N. *Até onde o que você sabe sobre o behaviorismo é verdadeiro?* Respondendo às principais críticas direcionadas ao behaviorismo de Skinner. Santo André: ESETec, 2004.

DENNETT, D. C. *Tipos de mente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DE ROSE, J. C. Classes de estímulos: implicações para uma análise comportamental da cognição. *Psicologia: teoria e pesquisa*, Brasília, v. 9, n. 2, p. 283-303, 1993.

DUTRA, L. H. Propositional attitudes, intentionality, and lawful behaviors. *Principia*, v. 7, n. 1-2, p. 93-114, 2003.

GUILHARDI, J. H. Análise comportamental do sentimento de culpa. In: TEIXEIRA, A. M. S. et al. (Org.). *Ciência do comportamento: conhecer e avançar*. Santo André: ESETEC, 2002. v. 1. cap. 15, p. 173-200.

LACEY, H. Behaviorismo: uma tradição de pesquisa com múltiplos programas. In: LACEY, H. (Org.). *Psicologia experimental e natureza humana: ensaios de filosofia da psicologia*. Florianópolis: UFSC/NEL, 2001. cap.7, p. 208-234.

LACEY, H.; SCHWARTZ, B. O poder explicativo do behaviorismo radical. In: LACEY, H. (Org.). *Psicologia experimental e natureza humana: ensaios de filosofia da psicologia*. Florianópolis: UFSC/NEL, 2001a. cap.5, p. 154-175.

LACEY, H. Behaviorismo, intencionalidade e estrutura sócio-histórica. In: LACEY, H. (Org.). *Psicologia experimental e natureza humana: ensaios de filosofia da psicologia*. Florianópolis: UFSC/NEL, 2001b. cap.6, p. 176-206.

LACEY, H. A formação e a transformação dos valores. In: LACEY, H. (Org.). *Psicologia experimental e natureza humana: ensaios de filosofia da psicologia*. Florianópolis: UFSC/NEL, 2001c. cap. 9, p. 264-305.

MICHELETTO, N.; SÉRIO, T. M. A. P. Homem: objeto ou sujeito para Skinner. *Temas em psicologia*, v. 2, p. 11-21, 1993.

MICHELETTO, N. *Uma questão de conseqüências: a elaboração da proposta metodológica de Skinner*. 1995. 296f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

NETO, M. B. C. Análise do comportamento: behaviorismo radical, análise experimental do comportamento e análise aplicada do comportamento. *Interação em psicologia*, v. 1, p. 13-18, 2002.

RACHLIN, H. Teleological behaviorism and cognitive psychology. In: RACHLIN, H. *Behavior and mind: the roots of modern psychology*. New York: Oxford University Press, 1994. chap. 2, p. 20-150.

SÉRIO, T. M. A. P. et al. *Controle de estímulos e comportamento operante: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 2002.

SIDMAN, M. *Coerção e suas implicações*. Campinas: Editorial Psy, 1995.

SIDMAN, M.; TAILBY, W. Conditional discrimination vs. matching to sample: an expansion of the testing paradigm. *Journal of the experimental analysis of behavior*, v. 37, p. 5-22, 1982.

SKINNER, B. F. *Ciência e comportamento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SKINNER, B. F. *Questões recentes na análise comportamental*. Campinas: Papyrus, 1991.

SKINNER, B. F. Selection by consequences. *The behavioral and brain sciences*, v. 7, p. 477-510, 1984.

SKINNER, B. F. *Sobre o comportamento*. São Paulo: Cultrix, 1982.

SKINNER, B. F. *O comportamento verbal*. São Paulo: Cultrix, 1978.

TOURINHO, E. Z. *O autoconhecimento na psicologia comportamental de B. F. Skinner*. Belém: Editora Universitária UFPA, 1995.

TOURINHO, E. Z. Eventos privados em uma ciência do comportamento. In: BANACO, R. A. (Org.). *Sobre comportamento e cognição: aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista*. Santo André: ARBytes, 1997a. v. 1, cap. 19, p. 174-187.

TOURINHO, E. Z. O conceito de comportamento encoberto no behaviorismo radical de B. F. Skinner. In: BANACO R. A. (Org.). *Sobre comportamento e cognição: aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista*. Santo André: ARBytes, 1997b. v. 1, cap. 27, p. 267-271.